



REQUERIMENTO Nº 10/2025

REQUERENTE: Vereador ÁLVARO BUENO – PL.

SÍNULA

“REQUER ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, regulamente por portaria ou instrução normativa a aplicação do art. 36 da Lei Municipal nº 1.683/2022 ou, alternativamente, apresente projeto de lei para alterar sua redação, excluindo a exigência de “áreas afins”, em consonância com o que dispõe o Estatuto dos Servidores Municipais – Lei nº 885/2008.”

O Vereador que este subscreve, com amparo no Regimento Interno desta Casa de Leis, **requer, após ouvido o Plenário**, que seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Educação, solicitando que:

1. **Seja regulamentada, por meio de portaria ou instrução normativa**, a aplicação do art. 36 da Lei Municipal nº 1.683/2022, que trata da Gratificação de Incentivo à Escolaridade para os profissionais da educação (exceto os do magistério), com a devida definição do que se entende por **“áreas afins ao cargo de provimento”**, especialmente para os cargos da equipe de apoio (merendeira, zelador, vigia, motorista, entre outros);

OU, ALTERNATIVAMENTE:

2. **Seja encaminhado a esta Casa de Leis projeto de lei que altere o referido artigo da Lei nº 1.683/2022**, retirando a exigência de que a escolaridade esteja vinculada a **“áreas afins ao cargo de provimento”**, harmonizando essa norma com o disposto no art. 22 da Lei Municipal nº 885/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que prevê incentivo à escolaridade sem essa limitação restritiva.

JUSTIFICATIVA

O art. 36 da Lei nº 1.683/2022, ao exigir que os cursos sejam concluídos em **“áreas afins ao cargo de provimento”**, acabou gerando dúvidas e interpretações divergentes, principalmente no que tange aos servidores da equipe de apoio da educação, cujas atribuições são mais amplas e, muitas vezes, não vinculadas a formações específicas.

Além disso, a Lei nº 885/2008 (Estatuto dos Servidores Municipais), ainda vigente, estabelece o incentivo à escolaridade, que é direito de todos os servidores, sem restringir a área do curso realizado, desde que a formação seja concluída após a posse.

Assim, a presente proposição visa garantir **isonomia, valorização profissional e segurança jurídica**, reconhecendo o esforço dos servidores que buscam formação continuada, independentemente da área do curso, desde que haja pertinência funcional ou contribuição para o serviço público.

Por fim, o requerimento atende à demanda legítima de diversos servidores que buscam orientação e reconhecimento justo por sua dedicação à qualificação e ao serviço público.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2025.

ÁLVARO BUENO

Vereador / CMAFO

Palácio Claudomiro Neves da Silva

